



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1726/2005

Altera e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 1234, de 25 de junho de 1993, que dispõe sobre a organização, o custeio e os benefícios de seguridade social dos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 1234, de 25 de junho de 1993, que dispõe sobre a organização, o custeio e os benefícios de seguridade social dos servidores públicos no âmbito do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A Lei Municipal nº 1234, de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º O Instituto Municipal de Seguridade Social não poderá conceder benefícios sem prévia recomendação atuária ou distintos dos previstos no regime geral de previdência social, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.”

“Art. 66. [...]

[...]

§1º A contribuição do Município, de suas autarquias e fundações para custeio do regime próprio de previdência social será de 15,49% (quinze inteiros e quarenta e nove centésimos por cento), devendo o produto de sua arrecadação ser contabilizado em conta específica.

§2º Para fins de manutenção do equilíbrio atuarial, o Município arcará ainda com contribuição suplementar de 6,51% (seis inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) ao mês, reajustável de acordo com a recomendação atuária e a conveniência administrativa.

§3º A contribuição do servidor público ativo de qualquer dos Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, para manutenção do regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento) sobre o valor da respectiva remuneração mensal.

§4º Os aposentados e os pensionistas de qualquer dos Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, contribuirão com 11% (onze por cento) incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias ou das pensões concedidas que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

§5º O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.”

[...]

Art. 3º Para fins do disposto no art. 5º da Lei 9717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos Municípios, ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei Municipal nº 1234, de 1993:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

I - alíneas “b” (auxílio-natalidade) e “g” (licença-paternidade) do inciso I do art. 13;

II - alínea “b” do inciso II do art. 13 (auxílio-funeral);

III - art. 21, *caput* e §§1º a 3º (auxílio-natalidade);

IV - art. 35 (licença-paternidade);

V - alínea “e” do inciso I do art. 42 (pensão vitalícia a pessoa designada);

VI - arts. 52 a 54 (auxílio-funeral).

Art. 4º Fica revogado o disposto no art. 79 da Lei Municipal nº 1234, de 1993.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 15 de dezembro de 2005.

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal

Leonardo Vilhena Viana
Secretário de Administração